

PAPÉL DO PROFESSOR



SINDIPROL
ADUEL

Jornal do Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região - SINDIPROL/ADUEL
Julho-Agosto/2010 - www.sindiproladuel.org.br - sindicato@sindiproladuel.org.br - Especial Eleições UENP

ELEIÇÃO UENP 2010

Consolidação à vista

No dia 18 de agosto, os cerca de 8 mil integrantes da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) promovem a consulta para definir o novo reitor e vice-reitor da instituição. O Conselho Universitário enviará a lista dos mais votados para que o Governador faça a nomeação.

Criada em 2006, a UENP congrega em uma autarquia cinco antigas faculdades do Norte Novo e Norte Pioneiro. A expectativa é a de que as dificuldades iniciais, orçamentárias e organizativas, possam ser superadas, permitindo sua constituição definitiva. Segundo o professor Fernando de Brito Alves, presidente da comissão eleitoral, apenas em 2009 o Governo do Estado criou os cargos para a estrutura administrativa mínima da UENP, instalada em março de 2010. Alves avalia que: “As eleições são o último grande acontecimento do processo de instalação da Universidade e marca o início de sua consolidação”.

A divisão em três *campi* traz um desafio adicional para a organização da consulta, diante disto Alves afirma que a Comissão Eleitoral, indicada pelo Conselho Universitário e nomeada pelo reitor, foi construída com o envolvimento de professores e técnicos de todos os *campi*. A forma de voto estabelece o peso de 70% para o corpo docente e 15% para estudantes e funcionários. Para facilitar o acesso de todos às informações, há um



portal no site www.uenp.edu.br com as informações oficiais sobre as eleições.

Os debates podem ser a oportunidade para que todos os segmentos de todas unidades da universidade, possam ampliar a participação no processo e, principalmente, conhecer as propostas dos candidatos para balizar suas escolhas. A expectativa da Comissão Eleitoral, segundo seu presidente, é “que haja participação e envolvimento da Comunidade Universitária nos debates, e que as Chapas sejam propositivas e aproveitem o espaço para apresentar seus planos de trabalho e suas esperanças para o futuro da Universidade”.

EDITORIAL

Esta edição especial do *Papel do Professor* é uma colaboração do Sindiprol/Aduel ao processo eleitoral da UENP. Ao convidarmos as chapas a responderem onze questões, buscamos delinear o posicionamento dos candidatos à reitoria em relação à autonomia universitária, democracia interna, privatização, contratações, condições de trabalho dos docentes, orçamento, administração de uma universidade *multicampi*, política para pesquisa e extensão e expansão da UENP. Solicitamos também uma avaliação do início da implantação da universidade.

Oferecemos às chapas o mesmo espaço total para resposta com a opção de distribuir esse espaço da forma que melhor lhes parecesse e o mesmo prazo para todos responderem.

Esperamos, desta forma, contribuir com mais elementos para que os docentes possam fazer a sua escolha, refletir, questionar ou criticar, fazendo desta eleição, mais do que a consolidação da UENP, um chamado à participação dos docentes em todas as decisões da universidade, fazendo valer a democracia interna e a autonomia universitária.

Que política a chapa pretende adotar para consolidar a transformação de um conjunto de faculdades isoladas em uma universidade?

Professores Eduardo Rando e Rinaldo Bernardelli (Chapa1): Inicialmente, respeitando as disposições contidas nos documentos que instituíram a nossa Universidade e normatizam as relações formais entre as unidades universitárias, que basicamente representavam as faculdades isoladas. A nossa Chapa entende que neste processo de transição, as diferenças deverão ser consideradas, mesmo porque as conquistas obtidas por cada uma delas representarão um importante fator para a efetiva consolidação da UENP. Explorar as potencialidades já instaladas e trabalhar de forma unitária para o crescimento institucional é nosso compromisso de trabalho.

Professoras Maria Lúcia Vinha e Erika Mello Peixoto (Chapa2): A política de gestão de uma Universidade deve, prioritariamente, pautar-se pelo formato de colegiado, o que pressupõe decisões e ações coletivas. Para a efetivação deste modelo de gestão é necessário ampliar a interdisciplinaridade, isto é, criar formas de trabalho que possam colocar, lado a lado, pessoas das mais diversas formações. Isso inclui o fortalecimento das relações entre docentes, agentes universitários e acadêmicos dos diversos

campi. É necessário romper com o isolacionismo interno e externo que predomina no atual momento da UENP.

Qual a visão que os candidatos têm a respeito da direção de uma universidade multicampi?

Que mecanismos pretendem adotar para envolver todas as unidades e segmentos na gestão financeira, administrativa e política?

Prof. Eduardo Rando: Observando os mecanismos previstos na legislação da universidade. Porém, será importante que todas as unidades estejam representadas na Reitoria, seja nas Pró-Reitorias, nas Diretorias, Divisões e Seções. Isto inclui servidores docentes e agentes universitários. A presença dos servidores dos diferentes *campi* nas atividades de rotina da Reitoria atuando de forma integrada e discutindo projetos e processos de interesse comum, sem dúvida contribuirão para o sucesso das decisões, sejam elas de natureza financeira, administrativa e/ou política. É fundamental respeitar o papel das instâncias colegiadas dos *campi* e da Reitoria, como agentes ativos de representação e manifestação nestas discussões.

Profa. Maria Lúcia: A universidade estruturada no formato *multicampi* deve equalizar a participação dos diferentes *campi* na sua gestão. A formatação das instâncias decisórias deverá

levar em conta a representação dos três segmentos universitários: docentes, agentes universitários e acadêmicos. É preciso zelar para que se construa a gestão democrática na universidade como um todo, isto é, nos conselhos universitários, e em todos os *campi*, de tal forma que isso se reflita nos centros e na condução dos cursos. Enfim, é preciso garantir a democracia da base para que ela se reflita no todo.

Como avaliam o início do processo de implantação da UENP?

Prof. Eduardo Rando: Será de muito trabalho. Uniformizar procedimentos nas áreas acadêmica, administrativa e financeira será um grande desafio e exigirá esforço e dedicação de todos. Acreditamos que a principal estratégia a ser aplicada neste processo será o de trabalharmos em sintonia com as expectativas de cada campus, com debate democrático dos encaminhamentos a serem tomados nesta fase de implantação. Nosso compromisso é fazer um trabalho coletivo que leve em consideração os anseios de nossa comunidade.

Profa. Maria Lúcia: A UENP foi criada a partir de uma composição política em que participaram o atual Reitor, Dom Fernando, o ex-governador Roberto Requião, o então presidente da Assembléia Legislativa Hermas Brandão, prefeitos da Associação dos municípios do Norte Pioneiro (Amunorpi), acadêmicos, docentes e diretores das instituições de ensino, resultado de vários anos de debates e lutas pela criação de uma universidade regional, os quais foram iniciados na época do governador José Richa e que contou com a participação do atual Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Nildo Lubke. O que se questiona é a fraca legitimidade do Conselho Universitário Superior pelo fato dos atuais diretores dos Centros, os quais eram diretores das faculdades isoladas e que têm assento nesse Conselho, terem sido reconduzidos em suas funções sem a devida eleição.

Qual será o posicionamento da chapa se o Governador não respeitar o resultado da consulta feita à comunidade universitária para a definição de Reitor e Vice-Reitor?

Prof. Eduardo Rando: Respeitaremos o resultado da consulta à comunidade e só aceitaremos ser nomeada pelo Governador se for esta a vontade da comunidade. Aliás, o Regimento Eleitoral para



EXPEDIENTE

Papel do Professor é uma publicação do Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região
SINDIPROL/ADUEL
sindicato@sindiproladuel.org.br
www.sindiproladuel.org.br

Jornalista Responsável:
Soraia de Carvalho. MTB 7120.
Impressão: Folha de Londrina
Tiragem: 2.000 exemplares

Sede
Praça La Salle 83
Jardim Canadá
CEP: 86020-510
Londrina - Paraná - Brasil
Fone: 43 3324-3995

Sub-sede Campus
Rodovia Celso Garcia Cid - PR445 Km 380 -
Campus Universitário
CEP: 86051-990
Londrina - Paraná - Brasil
Fone: 43 3328-4549

DIRETORIA

EXECUTIVA

Sinival Osório Pitaguari (Presidente)
Elza Peixoto (vice-Presidente)
Sílvia Alapanian (Diretora Secretária)
Alcides Vergara (Primeiro Secretário)
Airton Nozawa (Diretor Tesoureiro)
Nilson Magagnin Filho (Primeiro
Tesoureiro)
Evaristo Emigdio Colmán Duarte
(Diretor de Comunicação)

SUPLENTES

José Luiz de Oliveira Baldy
Maria Dora Ruy Evangelista
Luiz Fernando Fontoura Bopp
Valdir Anhucci
Rosely Dias da Silva

CONSELHO FISCAL

Otávio Jorge Grigoli Abi Saab
Vanerli Beloti
Andrea Pires Rocha
Ricardo Ralisch

a UENP, que aprovamos enquanto membros do Conselho Universitário, prevê que apenas a chapa mais votada integre a lista tríplice.

Profa. Maria Lúcia: Levando-se em consideração a crescente conscientização pública quanto à necessidade de construirmos uma sociedade democrática, justa e participativa, não acreditamos que isso possa ocorrer. Outro fato que diminui ainda mais essa possibilidade é a redação dada pela resolução interna da UENP nº 016/2010 em seu artigo primeiro, inciso segundo, onde determina a impossibilidade de participação dos candidatos menos votados na composição da lista tríplice. Conseqüentemente, se o Governador não respeitar o resultado da consulta, sua escolha corresponderá a um nome que nem participou do processo de discussão, de construção de ideias ou de apresentação de qualquer compromisso de proposta perante a Comunidade universitária e sociedade civil.

Como pretendem defender a autonomia universitária, se muitas das decisões precisam do aval dos governos do estado e da federação?

Prof. Eduardo Rando: A autonomia universitária está definida em lei e dela não abriremos mão. Entendemos que esta luta não deve ser apenas da UENP, mas do sistema de ensino superior público do Estado e é uma bandeira de luta a ser pautada durante o próximo governo. As IES devem ter compromisso com o desenvolvimento social, mas não podem ser submissas às políticas governamentais, posto que transitórias e sujeitas aos vieses partidários. Autonomia pressupõe trilhar o caminho com os próprios pés, ou seja, aquele decidido pelas instâncias democráticas e colegiadas da Universidade.

Profa. Maria Lúcia: O nosso compromisso é com a defesa da autonomia e com a consolidação da autonomia, isto é, que as universidades tomem suas próprias decisões, sem a intermediação do governo. Historicamente, os avanços nessa área, aconteceram a partir de articulações realizadas de forma conjunta, a partir de decisões colegiadas, pela união de forças. Há que se estimular a participação efetiva da universidade nas diferentes instâncias representativas como, por exemplo, no Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior. Além desse, é importante destacar o modelo das Universidades do Estado de São Paulo, onde as

negociações se dão entre o CRUESP (Conselho de Reitores Universitários) e o FORUM DAS 6 (Organização das Universidades do Estado de São Paulo), sem intermediação do governo do Estado.

Como pensam encaminhar a questão da autonomia da universidade para a realização de concursos públicos (e de testes seletivos quando for o caso) para a contratação de docentes?

Prof. Eduardo Rando: Na realidade, devemos ressaltar aqui não só a contratação de docentes, mas também a de agentes universitários. No caso da UENP, o problema é muito maior do que as demais Universidades do Estado, já que no nosso caso não se trata somente de reposição, mas sim de novas contratações para assumirem novos cargos decorrentes da criação da UENP. O encaminhamento da questão pode dar-se de duas maneiras. A primeira é a de demonstrar as exigências e as razões/necessidades de suprimento, as vagas autorizadas disponíveis e as novas vagas a serem criadas. A segunda forma implica numa forte gestão conjunta com os demais Reitores e Diretores, no sentido de ampliarmos as discussões com o Governo em busca da nossa autonomia visando agilidade nas contratações.

Profa. Maria Lúcia: Os concursos públicos devem ser pensados a partir das necessidades da universidade de tal forma que os candidatos aprovados possam colaborar para a melhoria do tripé “ensino, pesquisa e extensão”. É preciso haver lisura na sua elaboração e não se admitir, por exemplo, que haja vínculo pessoal e profissional entre avaliadores e avaliados. Além disso, deve-se evitar a lógica da terceirização e garantir que não haja desvio de funções que prejudiquem os servidores.

Qual a posição de vocês sobre a forma como ocorre a consulta à comunidade universitária para definição do Reitor e Vice-Reitor (voto paritário, 70-15-15, voto universal, outros)?

Prof. Eduardo Rando: A universidade é soberana nesta definição e a determinação final cabe ao Conselho Universitário. Sendo esta a primeira consulta para a escolha do Reitor e do Vice-Reitor, prevaleceu, por maioria absoluta, a ponderação 70 – 15 – 15. A questão deverá ser foco de nova discussão no próximo processo, onde as diferentes correntes da Universidade terão a oportunidade de expressarem e defenderem seus pontos de vista.



Profa. Maria Lúcia: O que predomina nas universidades públicas é o modelo 70-15-15, mas é preciso fomentar a reflexão sobre os modelos de consulta e encaminhar o debate interno. No entanto, o passo anterior é a configuração das instâncias representativas dos docentes, agentes universitários e discentes para se construir o know-how necessário para se propor mudanças, se for o caso. Assim, esse ponto precisa ser discutido e desta forma, fomentaremos as manifestações sobre o assunto com toda a comunidade, acatando a determinação final sobre o assunto que ocorrerá no Conselho Universitário.

Qual a posição da chapa quanto à cobrança de mensalidades e taxas sobre cursos e serviços?

Prof. Eduardo Rando: No Paraná, a Lei Nº 8675, de 21 de dezembro de 1987, autorizou a gratuidade do ensino superior nas IES mantidas pelo poder público, que foi regulamentada pelo Decreto Nº 2276, de 11 de janeiro de 1988. Este Decreto define o que pode e o que não pode ser cobrado do corpo discente. As Faculdades que integraram a UENP adotavam procedimentos diferentes nestas cobranças e já estavam buscando mecanismos para uniformizar este processo, tanto em critérios quanto em valores. Agora, como Universidade, é necessário regulamentar um modelo único que

garanta um tratamento isonômico aos alunos, respeitando, evidentemente, a legislação vigente.

Profa. Maria Lúcia: O melhor e mais coerente com o ensino público é que as mesmas não existam. Devem ser feitos todos os esforços possíveis nessa direção. É importante observar como isso está posto em outras universidades públicas, aprender com elas já que estão mais consolidadas e encaminhar as considerações para as instâncias deliberativas.

Como avaliam a expansão do número de cursos da UENP? Em quais áreas?

Como pretendem lidar com os cursos duplicados/triplicados?

Prof. Eduardo Rando: O processo de crescimento de uma universidade se manifesta pelo equilíbrio entre qualidade e quantidade. Buscar a verticalização na UENP é prioritário, no sentido de garantir qualidade aos cursos já existentes e explorar suas competências para os cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Porém, as demandas regionais e as vocações já instaladas abrem oportunidades para as discussões sobre a implantação de novos cursos de graduação, não devendo a Universidade ficar alheia a estes anseios e a novas oportunidades. A UENP a partir de 2011 deverá elaborar novo PDI e, como consequência, suas políticas de expansão e verticalização deverão ser definidas pelos Conselhos Superiores.

Profa. Maria Lúcia: A expansão do número de cursos deve ser feita a partir de um diagnóstico qualificado de nossa região de forma a pensar o seu futuro tendo a UENP como aliada. Para isto o Paraná conta com Institutos de Pesquisa que podem subsidiar tomadas de decisão já que estarão embasadas em dados, como por exemplo, de crescimento urbano, de necessidade de recursos humanos qualificados, de índices de desenvolvimento humano, dentre outros. Quanto aos cursos duplicados/triplicados, há de se favorecer a interação entre eles de tal forma que se fortaleça as potencialidades de cada um.

Que recursos orçamentários podem ser buscados junto aos governos municipal, estadual e federal, para que haja melhores condições de trabalho?



Prof. Eduardo Rando: Está contemplado na nossa proposta de trabalho: “Pugnar por aumento dos recursos no orçamento do Governo do Estado e de outras fontes, de forma a garantir a execução de projetos indispensáveis para o desenvolvimento da Universidade”. É indispensável que o Governo do Estado do Paraná dê continuidade ao seu programa de investimentos nas IES públicas, através de orçamento consolidado na SETI, garantindo recursos para sua correta e adequada manutenção e para investimentos nos novos projetos. Buscar nossos espaços entre as universidades tradicionais do Estado exigirá competência, de forma a garantir o acesso a recursos adicionais que sustentem as necessidades indispensáveis neste momento inicial de implantação. Infraestrutura e sustentabilidade para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, exigem recursos que vão além daqueles garantidos no orçamento anual do Governo. Parcerias com os Municípios são importantes nos projetos de ensino e extensão. No âmbito do governo federal, órgãos como MCT, FINEP, CNPq, CAPES, entre outros, devem ser acessados na busca de financiamentos para a área de pesquisa. Emendas parlamentares também se constituem em alternativas importantes e viáveis, já exploradas com sucesso por nós.

Profa. Maria Lúcia: A eleição para os cargos de Reitor e Vice, de Diretor de Campus e de Centros trará legitimidade para esses cargos e isso facilitará o trâmite junto às instâncias municipais, estaduais e federal de modo a se obter recursos que possam melhorar as condições de trabalho na UENP. A responsabilidade do financiamento das universidades públicas estaduais é do Estado, por isso é imprescindível a definição do percentual

de recursos a ser destinado às universidades de tal forma que não sofra oscilações, como por exemplo, em função da mudança de governo. Com os municípios, é necessário fazer parcerias e com o governo federal, buscar recursos, principalmente aqueles destinados ao fomento da pesquisa.

Qual a proposta da chapa em relação à pesquisa, extensão e pós-graduação?

Prof. Eduardo Rando: Não existe pesquisa sem docentes qualificados e sem infraestrutura adequada.

Portanto, fortalecer a política de capacitação docente, com ênfase na participação em programas de mestrado e doutorado, estabelecer previsão orçamentária destinada ao aumento do espaço físico para pesquisa e pós-graduação, bem como ampliar o número de bolsas de iniciação científica, se constituem em prioridade da nossa administração. Propomos, ainda, implantar política Institucional de pós-graduação e pesquisa, respeitadas as especificidades de cada campus e cursos e garantir apoio institucional ao Programa de Mestrado em Ciência Jurídica, ofertado pela UENP, Campus de Jacarezinho, dar incentivos e suporte financeiro/administrativo à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura para a implantação de uma política de extensão e cultura sintonizada com a missão da UENP, e privilegiar programas e projetos que preconizem a integração entre os Cursos de Graduação e de Pós-Graduação nos diferentes Centros de Estudos e *campi* da UENP.

Profa. Maria Lúcia: É necessário melhorar o quadro situacional de pesquisa na UENP o que passa pela titulação dos docentes considerando que os nossos doutores estão concentrados em poucos cursos e eles são determinantes para a configuração da pós-graduação *stricto sensu*, isto é, de mestrado e de doutorado. Além disso, são determinantes para a captação de recursos junto às agências de fomento à pesquisa na esfera estadual e federal. Esse quadro afeta a qualidade do ensino nela ministrado que, por sua vez, também atinge a extensão universitária pela falta de ferramentas teóricas que permitiriam perceber o quadro social, político e econômico no qual a UENP se encontra inserida.